

*O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955)**

CLAUDIA SCHEMES**

Universidade Feevale

Resumo: Este artigo trata dos governos de Getúlio Vargas, no Brasil, nos anos de 1937 a 1945 e Juan Domingo Perón, na Argentina, nos anos de 1946 a 1955, procurando refletir, sob a ótica da nova história política, sobre a importância das festas cívicas organizadas por esses regimes. O varguismo e o peronismo são considerados como momentos de reforço do autoritarismo latino-americano que tiveram sua inspiração nos fascismos europeus. As festas cívicas serão analisadas como mecanismos ideológicos que apontavam para a unanimidade de apoio das massas aos regimes, mostrando a teatralização da ideia da sociedade harmônica, igualitária e feliz.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón; Festas cívicas.

Abstract: This article deals with the government of Getúlio Vargas in Brazil, from 1937 to 1945 and Juan Domingo Perón in Argentina, from 1946 to 1955, trying to contemplate from the perspective of the new political history, about the importance of civic festivals organized by these schemes. The Varguismo and the Peronism are considered a Latin American reinforcement of authoritarianism that had its inspiration in European fascism. The civic

* Artigo submetido à avaliação em 5 de julho de 2013 e aprovado para publicação em 11 de agosto de 2013.

** Doutora em História, professora da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS), Pesquisa em andamento: História, gênero biográfico e micro-história do Grupo de Pesquisa História e Memória da Comunidade, vinculado ao Programa de Mestrado Processos e Manifestações Culturais. Órgão financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERGS. E-mail: claudias@fevale.br.

festivals will be analyzed as ideological mechanisms that pointed to the unanimous support of the masses schemes, showing the dramatization of the idea of harmonious, egalitarian and happy society.

Keywords: Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón; Civic events.

Introdução

Este artigo procura analisar os governos de Getúlio Vargas, no Brasil, durante o período conhecido como Estado Novo (1937/1945) e de Juan Domingo Perón, na Argentina, em seu primeiro mandato como Presidente da República (1946/1955).

A análise desses dois governos se dará sob o ponto de vista da nova história política. A política aqui entendida não apenas ligada aos grandes líderes, às disputas partidárias e ao Estado, mas ao poder como um todo, ou aos micropoderes, a que se refere Foucault (1986), além de estar associado à cultura política e às ideias. A análise do político se torna mais complexa e abrangente, podendo este ser apreendido em várias manifestações como, nesse caso, procurando desvendar como esses regimes forjaram a ideia de estarem criando uma “nova” sociedade.

Para esse fim, os governos citados utilizaram-se das festas cívicas cujo significado político será analisado. A importância das festas oficiais nesses regimes e as possibilidades de controle que estavam incutidas nesses eventos serão questões abordadas neste artigo.

O varguismo e o peronismo podem ser considerados como momentos de reforço do autoritarismo na América Latina, e não regimes democráticos conforme afirmavam seus protagonistas, ideia que passou da memória construída naquele momento para a historiografia.

Buscando compreender os fundamentos desse autoritarismo, nos remetemos ao nazi-fascismo, para saber em que medida e até que ponto Vargas e Perón se inspiraram nessas experiências europeias no que se refere às práticas de controle social.

Tanto o nazismo quanto o fascismo são, no Brasil e na Argentina, “ideias importadas”, porém, como diz Capelato (1989), essas ideias circulam, havendo sempre um nexo entre sua produção e reprodução em situações particulares, o que define novos prismas.

As ideologias varguista e peronista enfatizavam a busca da harmonia social e a eliminação dos conflitos entre as classes. O seu objetivo consistia na construção de uma sociedade fraterna, via Estado, devendo este atuar como defensor dos direitos das classes trabalhadoras. Com base nessas ideias de harmonia e fraternidade criou-se a imagem da “sociedade em festa”. Slogans do tipo “Com Getúlio o povo é feliz” e “a Argentina é uma festa” tentavam passar uma visão da sociedade coesa e unida em torno do líder.

Procuraremos desvendar os mecanismos ideológicos que apontavam para a unanimidade de apoio das massas aos regimes, mostrando a teatralização da ideia da sociedade coletiva.

As manifestações públicas, as solenidades oficiais, os desfiles cívicos, os jogos e as demonstrações de atletismo tiveram papel muito importante nos referidos regimes. Buscaremos mostrar até que ponto essas práticas foram eficazes na manipulação e cooptação das massas.

Por esses motivos consideramos importante a análise das festas cívicas como uma das formas mais características de propaganda política.

A teatralização da sociedade através dessas festas se relacionava diretamente com a imagem de felicidade coletiva e alegria do povo; essas imagens ocultavam, ou pelo menos desviavam o olhar das práticas de repressão exercidas com vistas ao controle social.

A coerção física e ideológica exercida sobre a sociedade representava a outra face da moeda na qual se estampava a imagem do “povo feliz”, manifestando sua alegria nas festas, nas praças públicas e nos estádios por ocasião das festas cívicas promovidas pelo governo.

As festas cívicas no varguismo e peronismo

Vargas e Perón consideravam seus regimes como representativos de uma “nova” ordem, tanto política, quanto social e econômica. A chegada de Vargas ao poder em 1930 e a de Perón em 1946 foi considerada revolucionária, pois transformaria, segundo os ideólogos dos regimes, radicalmente a sociedade brasileira e argentina.

A memória construída pelos adeptos do varguismo e peronismo, que consagrou a vitória de Vargas com a Revolução de 1930 e a vitória de Perón nas eleições de 1946, também foi sempre comemorada com o termo Revolução, para marcar o caráter inovador desses regimes. As festividades comemoravam esses eventos reforçando a ideia de transformação radical, ou seja, do recomeçar regenerador da sociedade.

Vargas, assim que assumiu o governo em 1930, para dar essa feição renovadora, revolucionária às suas ações, valeu-se do “novo” como palavra de ordem. Seu governo seria o responsável pelas transformações que o país necessitava e ele, o líder, estaria à frente delas. O passado era representado como o velho, o atraso que deveria ser superado por novas ideias e realizações.

Durante o Estado Novo, a relação da Revolução de 1930 com a imagem do novo foi constantemente reforçada, e aquele ano representara o início da construção de uma nova era, como mostra um dos muitos discursos de Vargas:

Não devemos jamais esquecer que a revolução ainda não terminou. A luta travada entre 3 e 24 de outubro foi, apenas, episódio militar em que se concretizou o esforço dos brasileiros, com o fim determinado de derrubar as barreiras postas à ação transformadora, necessária para modificar a vergonhosa situação do país.

A simples mudança de nomes nas altas esferas governamentais não basta para encerrar o ciclo do movimento regenerador. Só agora começa o lento processo de transformação, no qual deve ter preeminência o espírito revolucionário, criando nova

mentalidade política que o pratique integralmente, de acordo com os imperativos da vida real e as exigências complexas do momento social que atravessamos [...] (VARGAS & ARRAES, 1943, p. 40).

As comemorações do aniversário do Estado Nacional, em 10 de novembro, vinham carregadas de mensagens que lembravam a faceta revolucionária do novo regime e a obra de reconstrução em todos os setores da vida brasileira.

Com brilho excepcional foi comemorado a 10 de novembro o 5º aniversário do Estado Nacional. Os brasileiros, perfeitamente integrados no regime, tiveram oportunidade de refletir sobre a prodigiosa transformação verificada em todos os setores da vida do país nestes últimos cinco anos e compreender as barreiras que essa transformação acaba de criar entre o Brasil de hoje e o Brasil de ontem, ingenuamente embalado pelos preconceitos do liberalismo.

E ninguém deixou de sentir que já não é possível retroceder, que nada mais deterá o curso das novas ideias. A marcha do Brasil para o futuro, dentro dos princípios que o reajustaram no seu destino histórico, jamais encontrará obstáculo (*Cultura Política*, 1943, n. 23, p. 148).

Vargas, em todas essas comemorações, evidenciava as grandes transformações operadas no organismo econômico-social do país desde a Revolução de 1930.

O Brasil passava a ser um país “diferente” em suas formas, estruturas e fins, tendo a realização do homem como objetivo final. O novo regime buscava a humanização do Estado, que nasceria da crise pela qual o mundo estava passando e que seria superada, no Brasil, com o nascimento do “homem novo”, pois o novo regime traria as condições propícias para seu advento, ou seja, o novo governo instituído por Vargas era considerado a solução de muitos dos problemas existentes no país.

Vargas justificava o golpe falando das exigências do momento histórico e das solicitações do interesse coletivo. Segundo afirmava, assumiu a responsabilidade da condução da nação numa situação de “profunda perturbação política, econômica e social” (Revista *Cultura Política*, 1941, n. 20, p. 133-138).

Em seus discursos a justiça social e a atenção às reivindicações das classes trabalhadoras são colocadas como prioritárias e a imagem de libertação de um passado atrasado, desumano, opressor ficava evidente no governo varguista e nas comemorações de aniversário do Estado Nacional, quando o novo era comemorado com todas as pompas. Essa marcação de tempo, que implica em releitura do passado e projeção de futuro, legitima uma nova forma de exercício de poder.

O novo também era comemorado, com ênfase, na Argentina, quando Perón assumiu o governo e pode colocar em prática sua “Revolução Justicialista”. Não podemos esquecer, entretanto, que foi o golpe militar de 1943 que projetou Perón na história argentina.

Perón considerava-se responsável pela nova Argentina, pois dizia que vinha de um “outro mundo”, de fora, no caso, o exército, que lhe possibilitava criar a imagem da neutralidade, a partir da posição de observador. O exército, como reino da ordem, da moral, da hierarquia, representava o modelo de sociedade que Perón tentou construir para eliminar a “desordem”; alegando que a pátria estava em perigo, justificou a necessidade de mudança política.

Na concepção política de Perón, o Estado deveria se colocar acima das classes sociais e a coletividade passaria a se sobrepor ao indivíduo, o elemento causador da desordem.

Perón considerava a política o reino da desordem, da corrupção, e o exército, como instituição extra política, seria o caminho para a harmonização e a felicidade da sociedade. Essa felicidade pregada por Perón estaria ligada ao coletivo, não ao individual. Perón pretendia promover a unidade harmônica da sociedade e a redenção pregada pelo peronismo tinha um sentido patriótico. O significado político do “projeto redentor” se ocultava na ênfase aos valores da Pátria.

Numa “inesquecível jornada cívica”, em 18 de outubro de 1950, Perón disse à multidão que o assistia que “trabalhando juntos temos construído sobre uma Argentina injusta e traída, um país socialmente justo, economicamente livre e politicamente soberano” (Jornal *Democracia*, 18.10.1950).

O povo, desarmado e manso, encontrou uma arma: a força moral. Até onde foi de poderosa, de irresistível e eficaz, o diz a História. E o dizem também os que deverão depor ante sua força, a sutil a completa trama de uma intriga que se pode supor invencível. Com a força moral de sua única presença, de suas gargantas vibrantes de consignas afirmativas, de seus peitos generosos oferecidos como desafio do espírito, as multidões do 17.10.45 realizaram a Revolução mais transcendental da vida nacional argentina. Esse dia ficou como uma data de glória para o povo trabalhador. Ele explica, por si só, pela grandeza de cada uma de suas horas memoráveis, a capital importância de suas consequências ulteriores: a libertação nacional, a incorporação da pátria à plena soberania, simbolizada no nome de seu líder (*Abora*, 17.10.1946).

Luna (1984) faz uma análise bastante interessante acerca desses “gloriosos” anos iniciais do governo Perón, quando houve uma melhora substancial no padrão de vida dos argentinos, pois, segundo ele, o significativo aumento do poder aquisitivo permitia o consumo, aspecto de importância crucial em um país de afirmação capitalista.

Segundo Luna, um fato que justifica o estado de euforia do período é o crescimento demográfico ocorrido à época. A política peronista “assinalou uma segurança, um otimismo, uma felicidade geral que induzia as famílias a crescer, a multiplicar-se, sem temer o futuro” (LUNA, 1984, p. 465).

O bem-estar coletivo foi muito intenso nesses anos iniciais do governo Perón. O mercado de trabalho aumentou, os salários subiram, a jornada de trabalho diminuiu e muitos trabalhadores se dirigiram do interior para a capital, onde as diversões eram abundantes.

Porém, a felicidade coletiva não se limitava aos aspectos materiais, mas também à sensação de proteção que o governo oferecia, governo esse que procurava não ser abstrato e distante, mas personificado num homem e numa mulher - Perón e Evita, sempre prestativos, presentes e dádivosos.

A decantada felicidade também se explicava pela sensação de tranquilidade, pois o governo peronista insistia na ideia de que Perón salvara o país de muitos perigos: o país correria sérias ameaças advindas de inimigos tais como os comunistas, os americanos, a oligarquia tradicional e os velhos políticos que nada faziam para o bem-estar do povo, mas Perón salvara o país de todas essas ameaças.

No Brasil, Vargas exerceu idêntico papel. Justificou o golpe de 1937 como a salvação do país do perigo comunista; em 1930, a Revolução salvara a sociedade das “oligarquias decadentes e retrógradas”.

A família, que sempre teve um papel importante na constituição da sociedade nos regimes por nós analisados, passou a ter uma importância ainda maior.

A esse respeito, no Brasil foi criado um decreto-lei assinado por Vargas em 1941 que dispunha sobre a organização e proteção da família. Nesse decreto ficava clara a ingerência do Estado na vida familiar, no sentido de aumentar a natalidade, consolidar e proteger a estrutura familiar tradicional. Isso deveria ocorrer através do estímulo ao casamento, amparo à maternidade e restrição da admissão de mulheres no mercado de trabalho, visando sua permanência no lar (SCHWARTZMANN, 1984).

Na Argentina, a política peronista também estava assentada na família. O peronismo reiterou a importância das crianças e das mulheres: as revistas ensinavam como a mulher deveria manter sua saúde física e moral, conduzir sua casa, ajudar para manter uma boa relação entre pais e filhos. Ser boa esposa e mãe deveria ser o objetivo básico das mulheres.

Nestes aspectos, é nítida a inspiração na ideologia nazifascista onde se criou toda uma moral baseada na família. A mulher, símbolo da procriação, compunha a imagem da mãe perfeita, esposa generosa e a grande responsável pela constituição da família unida e feliz. A família seria um dos esteiros da sociedade, a base para uma sociedade saudável e feliz (DUPEUX, 1992).

Outro aspecto importante de ser referido sobre as festas cívicas está relacionado à ideia nascimento de uma nova ordem, o que nos remete à Bakhtin (1987).

Segundo o autor (1987, p. 189), as festividades sempre estiveram ligadas a períodos de crise, na natureza, na sociedade e no homem. A contradição entre o mundo que agoniza e renasce seria presença constante nas festividades:

As formas da festa popular têm os olhos voltados para o futuro e apresentam a sua vitória sobre o passado [...] a vitória da profusão universal dos bens materiais, da liberdade, da igualdade, da fraternidade. A imortalidade do povo garante o triunfo do futuro. O nascimento de algo novo, maior e melhor é tão indispensável quanto à morte do velho. Um se transforma no outro, o melhor torna ridículo o pior e aniquila-o (BAKHTIN, 1987, p. 223).

Embora as festas analisadas por Bakhtin sejam festas populares, podemos fazer uma analogia com as festas oficiais, especificamente, no que se refere à ideia do nascimento de algo novo.

A ideia da morte da sociedade desigual, antagônica, atrasada, opressora deveria vir acompanhada do nascimento de uma nova ordem, materializada por Vargas no Brasil e, por Perón, na Argentina.

O renascimento da nova ordem ficava evidenciado nas festas, onde a unidade, a ordem, o progresso, a alegria, eram retratados em cores marcantes.

Baczko (1978) também direciona parte de sua análise da festa nesse sentido; afirma que a utopia da festa se configura no século XVIII, com as ideias iluministas e a prática das festas revolucionárias.

[...] a ideia-imagem da festa ideal resulta num tipo de tela sobre a qual se projetam os sonhos e os modelos de outra sociedade. Com a instauração das festas revolucionárias, as relações da festa com as ideias e imagens utópicas

tornam-se ainda mais estreitas e todo um jogo de interação se instala entre o imaginário e o real. [...] as aspirações utópicas latentes encontram nas linguagens simbólicas da festa modos de expressão apropriados (BACZKO, 1978, p. 242, 243).

Acreditamos que a utopia da felicidade incutida nas festas é que possibilita sua identificação como revolucionária. Mesmo nas festas oficiais onde não havia interesse de mudança radical ou de renovação completa da sociedade, mas sim da permanência da estrutura de base, a festa se apresentava como inovadora devido à imagem utópica que carregava.

Ozouf (1988) afirma que a festa é um momento de abertura para o passado e para o futuro, pois traz consigo a memória do passado e o prognóstico do futuro e a autora sugere uma identidade entre festa e revolução: a revolução necessita da festa para perpetuar seus princípios.

O varguismo e o peronismo construíram a imagem da “revolução” como antídoto da revolução radical, ameaçadora da sociedade e de seus valores fundamentais. Nesse sentido, podemos entender que o grande número de festas cívicas na Argentina peronista e no Brasil de Vargas tinha o objetivo de fazer crer que as mudanças instituídas pelos governantes eram “revolucionárias”, instauradoras do “novo”, entendido como continuidade renovada e não como mudança radical.

Segundo os líderes, os benefícios que a classe trabalhadora alcançara com sua política social tinham sido tão grandes que representavam uma profunda mudança na sociedade e na vida dos argentinos e brasileiros; poderiam, portanto, ser considerados como parte de uma verdadeira “revolução” que deveria ter seus princípios perpetuados; a festa representava um dos instrumentos para isso, pois revitalizava esses princípios pela repetição e pela lembrança.

O caráter pedagógico da festa é que possibilitava a transmissão dos valores dos novos regimes, ou seja, as festas eram as responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tal, representavam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que os regimes queriam perpetuar.

Ozouf desenvolve a ideia de que a festa, na revolução, é um exemplo de patriotismo. Segundo a autora, “não se pode apreender dela nenhum projeto filosófico global, ou sentir uma necessidade coletiva, mas somente a urgência, sempre ansiosa, de assegurar a defesa nacional” (OZOUF, 1988, p. 220).

Enquanto na sociedade francesa do século XVIII a festa acontecia “na revolução” promovida pelas massas contra o Antigo Regime, no peronismo e varguismo as festas eram organizadas para reforçar um regime que se dizia o produtor da revolução em benefício das massas. No entanto, apesar dessa diferença essencial, podemos estabelecer um elo entre a festa analisada por Ozouf e as festas cívicas promovidas pelos regimes varguista e peronista: nos dois casos o caráter político se sobressaía dando destaque ao patriotismo e à defesa da nacionalidade.

Em ambos observa-se, também, a marcação do novo como forma de controle do tempo. Segundo Ozouf (1988, p. 218), “o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo: a alegria esfuziante das festas diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo”. Ideias essas que são compartilhadas por Bakhtin, que se refere a esse fenômeno numa perspectiva mais ampla.

A festa é considerada algo que pode ser feito e refeito a qualquer momento e por qualquer um, dependendo da necessidade existente. É um instrumento muito eficiente para a manutenção de uma determinada situação.

Para Ozouf, as festas são extremamente alegóricas e permeadas pela necessidade de mostrar as imagens portadoras de mensagens ideológicas no sentido de conferir harmonia social e horror à exibição de imagens portadoras de mensagens que podem apresentar um duplo sentido, podendo causar uma revolta social.

Esta ideia é fundamental, pois nos remete à questão da contradição numa sociedade onde as festas criavam a imagem da harmonia e ocultavam a opressão/repressão, havendo por parte do regime um temor à transgressão da ordem estabelecida.

O novo tempo revolucionário implantado por Vargas e Perón significava uma ruptura com um passado arcaico e atrasado. Essa imagem trazia embutida a ideologia do progresso que englobava uma síntese do passado e uma profecia do futuro. O passado era resgatado no que tinha de melhor, seus heróis e feitos notáveis, por exemplo, e o futuro representava a superação do negativo, no caso, dos elementos que criavam obstáculos ao progresso.

Isso aparece claramente em uma passagem da revista *Vida Doméstica*, de outubro de 1940, quando citava as comemorações do dia 7 de setembro, dia da independência do Brasil:

[...] No cenário iluminado daquela manhã, a alma brasileira, na alma jovem dos moços, apresentava-se para a grande cena do amanhecer novo de uma pátria nova. E o Chefe do Estado, ministros, autoridades e representações estrangeiras viram bem como pode dispor-se um povo a lutar por um grande ideal de independência e paz, sob o céu constelado de uma bandeira, que anuncia aos quatro ventos a lei suprema da política moderna: - Ordem e Progresso... Bem hajam, mocidade brasileira!... Nas dobras dessas bandeiras em desfile, sentiam-se as bênçãos do Passado e os afagos das brisas que traziam, naquela manhã de sol, os aplausos frementes do Brasil de amanhã... (*Vida Doméstica*, 1940, p. 35).

É o “amanhecer novo” de uma “pátria nova” que traria, sob as “bênçãos do passado”, a modernidade e o progresso ao “Brasil de amanhã”.

A propaganda varguista e peronista fazia crer que Vargas e Perón tinham sido capazes de modificar o curso da história no Brasil e na Argentina. Colocando-os no lugar da Divina Providência, atribuía-se aos líderes um poder de controle do tempo, ou seja, do controle da história.

A festa cívica reforçava a imagem do poder, comemorando a morte do passado - o velho - e a instauração do novo - o futuro.

A relação líder/massa e as festas

Para compreendermos os regimes populistas de Vargas e Perón, bem como a grande adesão popular a eles, devemos analisar a forte relação estabelecida entre esses líderes e a massa. Não se trata de pensar, como indicou certa historiografia do populismo, que elas se deixaram levar pelas primeiras promessas de líderes demagógicos e interessados apenas na ascensão política; é fato que a massa teve uma ativa participação na formação e sustentação desses regimes, mas as razões dessa participação em resposta ao apelo dos líderes são mais complexas.

A identificação de Vargas, e também de Perón, com a imagem do líder espiritual, condutor das massas e salvador da Pátria é uma constante nos escritos da época, como podemos ver nos exemplos a seguir:

[...] Foi nessa hora angustiada que surgiu um homem. Não um homem como os demais, como cem outros que o Brasil sempre encontrou nas encruzilhadas da História, nos momentos mais difíceis da sua vida de nação. O homem providencial: Getúlio Vargas [...] O Senhor Getúlio Vargas é, hoje, o homem providencial, aquele que sempre aparece na hora em que o Brasil põe as mãos e olha para o céu [...] A personalidade do senhor Getúlio Vargas corresponde a essas figuras em que o estudioso da História do Brasil encontra em cada época, com um papel marcado pelo destino. A sua voz calou fundo nas multidões. Impôs silêncio aos interesses uivantes, ordem às paixões desenfreadas, confiança aos que se desvairavam em rebeldias. Nele, desde logo o Brasil, menos com as vistas dos olhos que do coração, distinguiu o chefe, o chefe poderoso para enfrentar a tempestade, íntegro para apagar a descrença de milhões de homens. Todos compreenderam que ele se devia obediência, ao mesmo tempo em que se sentia gratidão e respeito [...] E o Senhor Getúlio Vargas, o homem providencial, o homem que Deus mandou, devemos esse Brasil diferente (*O Estado de São Paulo*, 10.11.1942).

Vargas era apresentado como o salvador nacional, a única autoridade capaz de harmonizar as opiniões e os pontos de vista; ele era o “líder espiritual” responsável pela superação do caos que havia se instalado na sociedade:

“[...] apoiado no patriotismo e na fidelidade das forças armadas, o Presidente Getúlio Vargas *salvou* o Brasil do abismo que o esperava” (*Cultura Política*, 1942, p. 205), “confiemos em nossos chefes, que eles nos *conduzirão*, certamente, aos braços da vitória, nas auras embalsamadas do triunfo” (*Cultura Política*, 1941, p. 78), “[...] Tenha-se sempre presente que ao aniversariante de 19 de abril coube a missão de *salvar* a Pátria em horas de extremo perigo” (*O Estado de São Paulo*, 13.04.1943). (grifos da autora)

Vargas era representado como o “grande guia do Brasil” (*Jornal O Estado de São Paulo*, 25.04.1943), o “homem providencial, o homem que Deus mandou” (*O Estado de São Paulo*, 10.11.1942).

O Dia do Trabalho teve na capital da República um transcurso empolgante, vibrando o povo e a massa impressionante de homens do trabalho que, fiéis ao grande estadista que lhes deu a legislação trabalhista, acorreram àquela praça de esportes para ouvir e aplaudir, com um calar intraduzível, a figura do Chefe do Governo, para reafirmar sua gratidão ao grande dirigente que jamais lhes faltou com sua assistência carinhosa e constante, firme e desinteressada (*O Estado de São Paulo*, 03.05.1945).

A Revista *Cultura Política*, em 1941, afirmava que no contato com as massas nas ruas e nos lugares públicos o presidente Getúlio Vargas encontrava o estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a sua linha de conduta. Era no exercício de suas funções de governante que se tornava amigo dos trabalhadores para melhor compreender-lhes as necessidades e melhor realizar as suas aspirações.

Na citação anterior a ideia de líder condutor da massa fica mais uma vez explícita: Vargas “deu” aos trabalhadores a legislação trabalhista, além de

“assistência carinhosa e constante, firme e desinteressada”. Essa atitude provedora permite associar o líder à imagem do “pai protetor”.

A ideia de submissão, de gratidão, também ficava subentendida, pois o povo ouvia e aplaudia calado.

O ano de 1943 deverá ser o ano da vitória. E em janeiro desse ano será feito um desfile luminoso até o Anhangabaú, onde, no centro de um gigantesco painel com retrato de Getúlio Vargas, emoldurado nas cores brasileiras, escrever-se-á a frase imortal com que Caxias triunfou em Itororó: “Sigam-me os que forem brasileiros” (*O Estado de São Paulo*, 29.11.1942).

Era o líder Getúlio Vargas que a massa deveria seguir, ou melhor, todos os brasileiros que fossem verdadeiramente patriotas.

O viés autoritário contido nos periódicos da época, quando tratavam da questão do líder condutor era claro. Os ideólogos do regime acreditavam que a criação da nacionalidade deveria ser realizada por via autoritária.

A ideia de um líder salvador, predestinado a intervir na história é analisada por Lenharo (1986). Segundo o autor, os ideólogos do Estado Novo utilizaram-se da imagem alegórica do corpo para representar a nação/Estado, ou seja, ela funcionaria da mesma forma como o corpo funciona dentro de uma totalidade orgânica indivisível e harmoniosa. O território nacional era apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece, sendo as classes sociais os órgãos necessários ao funcionamento harmônico do corpo. O governante, descrito como cabeça do organismo, deveria conduzir o corpo - a sociedade.

Vargas, nesse imaginário, era projetado a um plano de divinização, representando a figura do Pai - o protetor -, do Filho - o líder que veio mudar a história - e do Espírito Santo - a quem cabia iluminar o povo no caminho de uma nova ordem.

Ainda segundo Lenharo (1989), nessa representação fica explícita a capacidade que o líder possui de “intuir e extrair do inconsciente o desejo socialmente contido e realizá-lo”. O autor segue dizendo que “essa

incorporação da brasilidade do brasileiro médio e dos traços nacionais levados às raias do absurdo tece uma senda incrivelmente mistificadora das relações sociais, de sua dinâmica e das possibilidades de seu controle” (Lenharo, 1989, p. 194).

Para Gomes (1982, p. 141), “a relação direta líder/massa tem a dupla feição da representação de interesses e da representação simbólica, e Vargas transforma-se no terminal adequado para exprimir a vontade popular”. A autora afirma que “o interesse da coletividade nacional, ou do povo organizado em corporações, é captado pela capacidade superior da liderança política”. Vargas representava a materialização do projeto do Estado Novo, era um modelo exemplar, um mito que era a própria expressão do Estado e da nação.

A relação de Perón com a massa era muito parecida com o que foi colocado até aqui sobre Vargas. Para esse líder, os homens são conduzidos melhor quando querem e estão preparados para serem conduzidos.

Perón considerava a massa carente de racionalidade e de objetivos próprios; para ele, ela possuía uma aptidão natural para ser dirigida.

Segundo Reynoso, a adesão que o poder solicita tem seu fundamento na própria estrutura do sujeito e nas características do desejo humano; o poder depende do suporte que lhe dá a aceitação da população. O homem está exposto, por sua própria constituição, a cair na armadilha que o poder absoluto arma.

O poder - real por seus efeitos destrutivos – é mantido como deus absoluto não somente pela força das armas, pela coerção, mas também pela crença de cada um no seu absolutismo. Sua maior eficácia repousa sobre esta crença: poder imaginário, mantido como poder real e absoluto pelo consentimento explícito ou implícito que lhe é outorgado (REYNOSO, 1988, p. 145).

Perón oferecia-se à massa como objeto de satisfação imaginária das pulsões individuais insatisfeitas. Para Rozitchner (1985, p. 225), “o líder se oferecia ao poderoso corpo da classe operária em busca de seu próprio

poder” e “suas forças serão assim reduzidas, no consolo simbólico, a uma função quantitativa, mera força que só ele disporá [...]”.

O objetivo político de Perón com relação às massas era o de despojá-las de racionalidade para dar a si mesmo a capacidade de orientá-las. Segundo Perón, “o condutor não era um técnico, senão um artista”.

Conduzir é uma arte, e o artista nasce feito, não se faz. Para ser condutor não é suficiente compreender; nem a reflexão nem o raciocínio permitem conduzir as massas; as massas se conduzem com intuição (PERÓN, 1954, p. 27, 28).

Perón, por vezes, dava a entender que se considerava o condutor eleito por Deus:

Deus soube predestinar, com extraordinária oportunidade, a vida dos homens que através dos séculos representaram verdadeiros meteoros, destinados a queimar-se para iluminar o caminho da felicidade (PÉRON, 1954, p. 27, 28).

Em outro momento afirmou:

Os condutores são somente homens, com todas as misérias, ainda quando com todas as virtudes dos demais homens. Quando um condutor crê que há chegado a ser um enviado de Deus, começa a perder-se. Abusa de sua autoridade e de seu poder; não respeita os homens e despreza o povo. Aí começa a firmar sua sentença de morte (PERÓN, 1984, p. 36).

A ideia de líder condutor era lembrada constantemente nos jornais argentinos. Perón era o “líder que *conduzia* seu povo” (*La Época*, 02.05.1947), “o *condutor* que era aclamado fervorosamente” (*La Razón*, 18.10.1954) “o líder *condutor* da festa do trabalho” (*La Razón*, 02.05.1955).

O líder afirmava ter assumido a responsabilidade de “conduzir as bandeiras de revolução até deixá-las nas mãos do povo [...] Todos meus esforços tendem a despersonalizar os propósitos da revolução, circunstancialmente personificados em mim [...]” (PERÓN *apud* BUCHRUCKER, 1987, p. 336).

Segundo Buchrucker (1987), essa despersonalização não foi, em nenhum momento, meta de Perón; pelo contrário, toda a imprensa da época frisava a importância de Perón sendo o responsável pela “revolução” argentina, todas as mudanças estavam ligadas a ele.

Por ocasião da comemoração do aniversário do Estado Nacional, a revista *Ahora* dizia: “com sua heroica decisão faz um ano que os descamisados recuperaram o líder que então lhes falou do mesmo balcão da Casa de Governo, em que o fazia agora como presidente constitucional da revolução” (Revista *Ahora*, 17.10.1945).

A personificação também fica clara no seguinte artigo:

Queremos Perón! Esse foi o grito de guerra aberto contra as forças coligadas do entreguismo caseiro e o imperialismo internacional. Desde a Praça de Maio ressoaram com estridências de clarim em toda a República as palavras da Pátria posta de pé. O povo recupera Perón. Recupera-o para sempre. O máximo gênio construtor da nacionalidade imprimiu no coração e no ânimo dos trabalhadores a fé no destino certo da Revolução Justicialista [...] ideias renovadoras de justiça social estavam encarnadas no condutor do movimento e fanaticamente defendidas pelo mártir do trabalho [...] (*La Época*, 16.10.1952).

Os ideólogos do peronismo acreditavam que somente esse projeto dava conta da realidade argentina. Perón deveria ser o símbolo da união dos argentinos, pois ele se identificava individualmente com a Pátria, era o seu representante insubstituível.

A onipotência do líder também era uma característica marcante na ideologia peronista.

A revista *Ahora* trazia em sua capa diversas fotos de Perón em vários ângulos e com distintas feições intituladas “energia, otimismo, emoção, alegria, bondade, serenidade, compreensão”, ou seja, o líder multifacetado poderia representar, não só diferentes emoções, como diferentes personalidades. Perón poderia ser o líder, tanto do operário mais humilde, quanto do mais rico industrial. Ele era o “todo-poderoso”, capaz de solucionar os problemas de toda a sociedade.

A ideia de um líder onipotente, onipresente e superior aos demais que é deixada clara tanto no governo Perón quanto no governo Vargas, tem sua inspiração na Alemanha hitlerista e na Itália fascista. Hitler e Mussolini, em sua relação com as massas, mostravam muitas das características descritas anteriormente, pois também se apresentavam como os grandes guias condutores de seus países.

Arendt (1978, p. 399), analisando o significado das massas nos movimentos totalitários diz que eles recrutaram seus membros dentre uma “massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção”.

Afirma, também, que a formação da psicologia do homem de massa ocorre com o colapso da sociedade de classes, fenômeno observado após a Primeira Guerra Mundial. Segundo a autora, nos movimentos totalitários os indivíduos atomizados e isolados são de uma lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterada ao líder, pois estão isolados, desagregados na sociedade.¹

¹ A relação existente entre as lideranças nazifascistas e os regimes sul-americanos aqui analisados deve ser problematizada, visto que não há unanimidade entre os pesquisadores a esse respeito. Entretanto, concordamos com Romano (1996), quando o mesmo afirma que alguns traços totalitários podem ser encontrados nos discursos e práticas do varguismo, como na propaganda.

Para Capelato (2009), “o imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade, [...] mas a imagem da sociedade uma, homogênea e harmônica esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder” (CAPELATO, 2009, p. 32). A autora ressalta que nem mesmo entre os ideólogos dos regimes havia unanimidade quanto à aceitação do nazi fascismo como modelo de organização da sociedade, porém acredita no caráter autoritário desses dessas experiências.

A imagem e o surgimento do salvador e/ou do líder estão relacionados às necessidades de uma sociedade em determinado momento histórico. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a certa forma de expectativa, a certo tipo de exigência.

O recurso ao salvador ocorre, geralmente, nos momentos de crise da legitimidade política; o vácuo afetivo e moral que acompanha essa crise é que explica o apelo a um novo mestre, um novo guia, um protetor. Esse salvador poderia ser de dois tipos: o substituto da autoridade paterna ou o líder prestigiado e subjugante.

[...] o chefe destinado ao papel de guia profético bem parece ter por missão essencial encarnar os sonhos, as certezas e as expectativas da condição adolescente: afirmação do orgulho de grupo, sacrifício, no limite talvez aspiração tácita à grande resplandecência da morte suicida, da morte violenta, procurada ou aceita, no imenso fragor das tragédias coletivas (GIRARDET, 1987, p. 94).

Hitler seria o exemplo do substituto do poder paterno e do chefe dominador, seu surgimento na vida política estaria relacionado a um estado de “solidão interior”, a uma “angústia do abandono” e ele seria o instrumento de comunhão, de mediação e de solidificação social.

Reconhecer a autoridade do líder salvador redescobrir-se nela é, ao mesmo tempo, reencontrar a si mesmo e reencontrar os outros.

Graças ao Salvador, e através dele, existem, para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças. Estão

Beired (1999, p.277), ao analisar os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina entre 1914 e 1945, procura buscar as raízes desse autoritarismo em um “nacionalismo de direita” que teria sido constituído nos dois países por jovens intelectuais provenientes das classes dominantes tradicionais. Esses grupos criaram uma “nova direita na medida em que assumiram posturas radicalmente antiliberais articuladas a uma série de proposições de natureza nacionalista”.

presentes também, no calor de uma comunhão reconquistada, os mesmos signos e os mesmos apelos, as mesmas palavras de ordem, as mesmas referências, e as mesmas certezas. Em torno dele, na submissão, na devoção e no entusiasmo, uma vida coletiva se reestrutura, as fidelidades se reconstituem, as trocas afetivas se restabelecem, uma nova trama social se consolida (GIRARDET, 1987, p. 95-96).

Para esse movimento de massas vingar, Perón considerava fundamental a sua “organização” e “enquadramento”, caso contrário, esta poderia seguir sozinha e produzir grandes “cataclismas políticos”. A massa deveria ser preparada, educada.

Taborda (1984) fala desse “enquadramento” da massa, dizendo que os meninos e adolescentes argentinos eram preparados para obedecer. Nos livros didáticos, cantos, fábulas, hinos e redações escolares, o casal líder aparece mitificado. As figuras eram exaltadas no rádio, nos jornais, pelos professores, pelos mais diversos tipos de revista e a imagem divulgada em cartazes por todos os cantos do país.

No Brasil de Vargas, também vemos esse tipo de propaganda do líder; as cartilhas escolares exaltavam Vargas como o herói nacional.

A propaganda peronista e varguista produziu um culto a seus líderes, e as festas organizadas pelos regimes faziam parte desse culto. Os nomes de Perón e Vargas eram usados para denominar as mais distintas obras públicas com o intuito de transformá-los em símbolos nacionais.

Waldmann (1981), referindo-se ao peronismo, considera muito difícil fazer juízo acerca do êxito destes esforços; determinar se Perón logrou ou não elevar-se à categoria de símbolo nacional e ser aceito como tal por todos é problemático, porque em que pese a sua prodigalidade, a propaganda peronista não teve a força e o poder de convicção necessários para lograr uma ação em profundidade. Conformou-se em dominar o cenário do país e não se ocupou demasiado em modelar as opiniões e orientações da população.

Para o autor, o culto à personalidade teve efeito somente nos estratos mais baixos da população que se deixavam influenciar por uma propaganda pouco sutil; já as classes média e alta viam essa situação com desgosto e não caíam na armadilha da adoração.

Se o culto ao líder não era compartilhado por todos, isso não significava que essa parcela da população não “dirigível” tenha se mantido fora da política peronista ou que tenha oferecido resistência ao regime. Esta situação, de certa forma, representava um risco potencial para o regime, já que este nunca saberia até que ponto contava com o apoio das “massas”.

Outro problema com relação ao culto ao líder diz respeito às forças sobrenaturais que a ele se atribuíram no momento de crise da sociedade.

Perón e Vargas assumiram a imagem do todo-poderoso, capazes de resolver todos os problemas, graças à euforia econômica do momento que lhes permitiu atender às reivindicações de amplos setores da sociedade.

Se essa situação, por um lado, era benéfica para o regime, por outro, era extremamente perigosa, pois, no momento em que os líderes não conseguissem mais satisfazer grande parte das reivindicações das massas, o apoio poderia enfraquecer.

Rozitchner (1981, p. 187-188) tenta analisar a adesão das massas ao peronismo levando em consideração o seu inconsciente. Para o autor, a relação que a classe operária mantém com seu líder vai mais além de uma simples relação com seu “representante”; trata-se de uma identificação, mas “não qualquer identificação: o sujeito-operário não se identificava com o operário-Perón. A relação com o líder não era de semelhança, mas de diferença [...]”.

Essa análise de Rozitchner é válida também para o caso brasileiro, pois os estudos que levam em consideração os aspectos psicológicos das massas transcendem as fronteiras geográficas.

Se a relação inconsciente das massas com o líder não era de semelhança, o mesmo não se pode dizer a respeito da identificação construída pela propaganda oficial: Perón, como Vargas, era constantemente comparado com a massa, principalmente com os operários. Eles eram considerados os trabalhadores “número um”, tanto da Argentina, quanto do

Brasil e procuravam mostrar-se sempre como semelhante. Mas o simples fato de se apresentarem como os “trabalhadores número um” já os diferenciava dos demais.

Nas comemorações do Dia do Trabalho, essa identificação era realçada pelos meios de comunicação. Na revista *Abora* de 01.05.1946 Perón aparece na capa vestido com um macacão de operário, sob o título “1º de Maio: Dia dos Trabalhadores”, ou seja, Perón personificava a figura do trabalhador, identificava-se com ele até na maneira de vestir; era o seu semelhante, mas o semelhante diferenciado.

Considerações finais

A festa é considerada, por Bakhtin, a “categoria primeira e indestrutível da civilização humana”, ela representa um olhar para o futuro e a vitória sobre o passado e faz nascer o novo, que é tão indispensável quanto a morte do velho. Tais considerações do autor nos ajudam a refletir sobre as festas organizadas pelos regimes analisados, pois elas eram promovidas com vistas à organização do espetáculo da sociedade coletiva, através das quais se pretendia mobilizar as massas.

As festas eram as grandes responsáveis pela construção das imagens do varguismo e peronismo como expressões mais acabadas da sociedade feliz. Alegria, euforia, harmonia se associam às noções da concepção de totalidade predominante nesse período. A imagem da sociedade harmônica na Argentina e Brasil se projetava nas festas que tinham como objetivo mostrar a harmonia, impedindo a revolta.

Entretanto, como já dissemos, não consideramos as massas que apoiavam Vargas ou Perón passivas, completamente manipuláveis ou inconscientes de seus atos: elas influíram decisivamente no processo político de ambos os países. Procuramos mostrar até que ponto a proposta oficial coincidia com os anseios dos setores populares, ou melhor, de parcelas significativas deles, o que explica o forte apoio aos regimes e também às reações às medidas de controle social.

O disciplinamento do corpo e mente dos cidadãos visava o apoio irrestrito aos regimes, o que explica o grande investimento na propaganda; mas a propaganda não era onipotente: havia resistências das mais variadas formas à repressão que se ocultava na euforia da festa e na imagem da sociedade feliz e harmônica. O permanente espetáculo da festa servia como regulador do cotidiano dos cidadãos, mas não os impedia de participar ativamente e, com certa autonomia, desse espetáculo.

A realidade teatralizada podia ser mascarada, mas a sociedade era complexa e permeada por conflitos, e a história não deixava de atuar sob a máscara da harmonia e unidade.

Podemos dizer que a festa oficial, de certa forma, acionava um mecanismo que reprimia o cidadão no plano ideológico e contribuía para a formação de uma postura conformista. Neste sentido, pretendia retardar e dificultar a possibilidade de oposição ou revolta social.

O conformismo se reforçava com a educação física e cívica que, escudadas no discurso da saúde, da higiene e da formação de uma raça ideal brasileira, excluía todo e qualquer cidadão que não se enquadrava nos ideais propostos pelo regime.

No entanto, apesar da extrema força manipuladora e controladora das imagens veiculadas e da ideologia apregoada pela propaganda varguista e peronista, procuramos levar em conta que os receptores dessas mensagens eram agentes dotados de vontade, que reagiam de maneira diversa e não direta a elas. As mensagens eram reproduzidas de formas distintas pelos diferentes sujeitos históricos, havendo nessa reprodução um componente de resistência que nos permite questionar a ideia de passividade dos receptores acentuada nas interpretações onde se enfatizava a completa manipulação das massas pela propaganda.

A manipulação das massas constitui um mecanismo complexo. Ela resulta em controle social, mas esse controle tem os seus limites – o da resistência por diferentes maneiras. Os projetos homogeneizadores de Vargas e Perón não atingiram o objetivo de controle total da sociedade justamente por isso.

A aceitação ao regime se, por um lado, revela conformismo e resignação, por outro, mostra que as massas tinham reivindicações e interesses que foram satisfeitos.

As imagens tentam expressar o sentimento de completa euforia reinante nos períodos analisados; enquanto a euforia da festa natural, espontânea, tira o povo do seu cotidiano e aí possibilita a mudança, nas festas cívicas do varguismo e peronismo essa euforia era, em grande parte, fabricada, o que levava, em certa medida, à acomodação; promovidas e organizadas de cima para baixo, pelos representantes do governo, não se pode negar que a alegria do povo, expressa nas festas, era induzida; aqui se localiza o componente de dominação.

Mas há também que se considerar o componente de alegria/felicidade, sentimento exultante das reivindicações atendidas e conseqüente melhoria das condições de existência.

A alegria era produzida em determinadas datas e horários definidos pelos regimes que forjaram a memória de uma época de felicidade e alegria coletiva. Não se trata de negar esse tipo de sentimento, ou insistir na sua falsidade. O que importa salientar é o componente de controle das emoções envolvido nesse tipo de manifestação coletiva; é por esse caminho que procuramos desvendar o autoritarismo dessas experiências.

Procuramos mostrar o lado controlador dessas representações fabricadas pelos regimes, porque ele nos permite o desvendamento da face autoritária do varguismo e peronismo que as festas tendiam a ocultar. Mas procuramos, também, considerar, nos vários momentos da análise, a face da resistência que implica na reação às várias formas de controle e, também, na participação dos sujeitos nas festas, mobilizados por seus próprios interesses e vontades.

Nesse sentido, podemos concluir que na experiência das festas varguista e peronista, os sujeitos foram alvo de manipulação e controle eficazes, mas eles não se anularam enquanto produtores de uma história permeada por conflitos, contradições e ambigüidades.

Referências

- ARENDDT, H. *O Sistema Totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- BACZKO, B. *Lumières de L'utopie*. Paris: Payot, 1978.
- BAKTHIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. O Contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec/UNB, 1987.
- BEIRED, J. L. *Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BUCHRUCKER, C. *Nacionalismo y Peronismo*. Buenos Aires, Sudamericana, 1987.
- CAPELATO, M. H. R. *Os Arautos do Liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- DUPEUX, L. *História Cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GOMES, A. C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- Jornal *Democracia*, 1950.
- Jornal *La Época*, 1947, 1952.
- Jornal *La Razón*, 1954, 1955.
- Jornal *O Estado de São Paulo*, 10.11.1942, 1943, 1945.
- LENHARO, A. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1986.
- _____. *Nazismo: O Trinfo da Vontade*. São Paulo: Ática, 1986.
- LUNA, F. *Perón y su tiempo*. Buenos Aires, Sudamericana 1984.
- OZOUF, M. *La Fête Révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1988.
- PERÓN, J. D. *La hora de los pueblos-conceptos políticos*. Buenos Aires, Volver, 1984.
- Revista *Abora*, 1945, 1946.
- Revista *Cultura Política*, 1941, 1942, 1943.
- Revista *Vida Doméstica*, 1940.

- REYNOSO, G. G. Matar a morte. In: BERLINCK, M. T. & RODRIGUEZ, S. A. (orgs.). *Psicanálise de Sintomas Sociais*. São Paulo: Escuta, 1988.
- ROMANO, R. O conceito de totalitarismo na América Latina: Algumas considerações. In: *América latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Edusp/Expressão e Cultura, 1996.
- ROZITCHNER, L. *Perón: entre la sangre y el tiempo. Lo inconsciente y la política*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- SCHEMES, C. *Festas Cívicas e Esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- SCHWARTZMANN, S. *et al. Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- TABORDA, R. D. *O Caso Perón*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1954.
- VARGAS, G. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- VARGAS, V. D. & ARRAES, R.M. *O Estado Novo e sua doutrina*. Rio de Janeiro: Milone, 1943.
- WALDMANN, P. *El Peronismo-1943-1955*. Buenos Aires, Sudamericana, 1981.